

FEMINISMO MARXISTA E PSICOLOGIA:
o trabalho reprodutivo na formação da subjetividade das mulheres

MARXIST FEMINISM AND PSYCHOLOGY:
the reproductive work in shaping women's subjectivity

Maísa Martins Lopes Araújo Brito*

Gilson Gomes Coelho**

Resumo

Esse estudo se caracteriza como uma revisão integrativa de literatura e teve como objetivo discutir o conceito de trabalho reprodutivo trabalhado no feminismo marxista e como a naturalização desse trabalho afeta a vida concreta e subjetiva das mulheres e, por isso, precisa ser considerado nas análises e intervenções nos campos de atuação psicológica, entendendo os diferentes modos que essa exploração se apresenta perpassada pelas categorias raça e classe. O levantamento de dados ocorreu nos meses fevereiro e março de 2021, nas bases de dados Scielo e Google Acadêmico. Foram selecionados 15 estudos, dos quais foram extraídos os eixos temáticos: naturalização do trabalho reprodutivo e consequências na vida concreta e subjetiva das mulheres. Constatou-se que o tema não possui muitas discussões na literatura, principalmente na área da Psicologia, sendo as disponíveis relativamente recentes. Concluiu-se, pelo encontrado, que o trabalho reprodutivo, remunerado ou não remunerado, traz consequências para as mulheres que não podem ser desconsideradas e o profissional da Psicologia, fundamentado no código de ética da profissão, precisa pensar formas de intervenção que entendam a raiz desse sofrimento e possam auxiliar na tomada de consciência e formação de autonomia.

Palavras-chave: Trabalho reprodutivo. Trabalho doméstico. Subjetividade. Feminismo marxista.

Abstract

This study is characterized as an integrative literature review, aimed to discuss the concept of reproductive work worked in Marxist feminism and how the naturalization of this work affects the concrete and subjective life of women and, therefore, needs to be considered in the analyzes and interventions in the fields of psychological action, understanding the different ways that this exploration is pervaded by the categories race and class. The data collection took place in February and March 2021, in the Scielo and Google Scholar databases. Fifteen studies were selected, from which the thematic axes were extracted: naturalization of reproductive work and consequences in the concrete and subjective life of women. It was found that the topic does not have many discussions in the literature, mainly in the area of Psychology, and those available are relatively recent. It was concluded, from what was found, that reproductive work, paid or unpaid, has consequences for women that cannot be disregarded and the professional of Psychology, based on the code of ethics of the profession, needs to think about forms of intervention that understand the root suffering and can assist in raising awareness and forming autonomy.

Keywords: Reproductive Work. Housework. Subjectivity. Marxist Feminism.

* Psicóloga (CRP 23/002061) graduada pela Faculdade Católica Dom Orione. Coordenadora do núcleo da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) em Araguaína, Tocantins. Interesse nos temas: Psicologia Histórico-Cultural, Feminismo Marxista, Trabalho Reprodutivo, Psicologia e Políticas Públicas, Psicologia Política e Psicologia Social. E-mail: maisamartinsbrito@gmail.com

** Doutorando em Psicologia pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus de Assis. Mestre e graduado em Psicologia. Professor do curso de graduação em Psicologia da Faculdade Católica Dom Orione (FACDO). E-mail: gilsonpsico@gmail.com

Introdução

Os debates sobre trabalho doméstico e de cuidados aparecem de maneiras diferentes nas análises feministas ao longo da história. Entre as décadas de 1960 e 1980, esses destacam o caráter não capitalista ou improdutivo do trabalho doméstico e separam a produção de mercadorias da reprodução social, pois acreditava-se que o trabalho doméstico não tinha relação direta com o capital – a pesquisadora brasileira Saffioti foi uma importante referência nesse momento. De 1980 a 1990, essa separação é superada e se inauguram os debates mais recentes, onde são demonstrados os nexos capitalistas dos trabalhos domésticos e de cuidados (GRECCO, 2018).

Entre esses, a Teoria da Reprodução Social, desenvolvida por feministas marxistas ao longo das últimas décadas, se destaca ao afirmar que a força de trabalho – chave do sistema capitalista – é produzida e reproduzida na família. Sua ideia central é de que “o capitalismo é um sistema unitário que pode integrar com êxito, ainda que desigualmente, a esfera da reprodução e a esfera da produção. Mudanças em uma esfera, então, reverberam na outra” (BHATTACHARYA, 2019, p. 104). A partir disso, se começa a considerar a reprodução como o campo que engloba todas as atividades e relações por meio das quais a vida e o trabalho são reproduzidos: o trabalho doméstico não remunerado ou mal remunerado, os cuidados de saúde, a educação, entre outros.

Esse conceito nasce dos apontamentos de Marx (2011) sobre a reprodução da força de trabalho. Para ele, a nossa capacidade de trabalhar não nos é dada, mas se consome todos os dias e precisa ser reproduzida constantemente, tornando-se uma atividade essencial para o capital. Porém, essa reprodução é vista por ele como consumo e se realiza no circuito de mercadorias, sendo o assalariado reprodutor de si mesmo a partir do poder de compra. Assim, apesar de apresentar o termo, Marx não reconhece que a reprodução da força de trabalho envolve o trabalho não remunerado das mulheres. Na verdade, para Federici, (2020a) as discussões de gênero e trabalho doméstico ocupam um lugar marginal em todo O Capital.

Mesmo assim, a busca na produção marxiana da raiz da opressão das mulheres foi revolucionária tanto para a teoria marxista, quanto para a feminista, pois forneceu as ferramentas necessárias para conceituar a formação da família e o quão profundo o antagonismo de classe é nas raízes do capitalismo. O método materialista-histórico e as análises sobre a acumulação capitalista e a criação de valor foram ferramentas poderosas para repensar as relações de sexo, raça, classe e as formas específicas de exploração das mulheres no sistema capitalista. Mas, para isso, também é preciso apontar seus equívocos e omissões. Não é possível ignorar o trabalho marxiano enquanto o modo de produção dominante for o capitalismo, mas é necessário ir além dele (FEDERICI, 2020a).

A partir do potencial de transformação da teoria marxista e sua tradição viva e expansiva, feministas marxistas posteriores argumentam que a força de trabalho se dá em três processos interconectados: 1) regeneração do trabalhador para que o mesmo volte ao trabalho através de atividades como comer, dormir, ter um ambiente limpo, cuidados psíquicos, entre outros; 2)

manutenção e regeneração de não trabalhadores – crianças, idosos, deficientes e desempregados; 3) reprodução de novos trabalhadores – através da gravidez. Essas atividades formam a base do sistema capitalista, no entanto, são feitas sem cobrança (BHATTACHARYA, 2019).

Argumentar que esses processos são e estão conectados é entender que o capitalismo integra as esferas de produção e reprodução. Essa dinâmica não é desconhecida pelo sistema, pelo contrário, esse entende que as principais funções de reprodução da classe trabalhadora estão fora do local de trabalho, por isso ataca a produção social – corta os serviços públicos e a assistência social, delega o cuidado para famílias individuais etc. – visando a ganhar a batalha no âmbito da produção. Essa nova perspectiva reposiciona a figura da dona de casa e da trabalhadora doméstica em um novo lugar, um protagonismo até então inexistente (FEDERICI, 2019).

Assumir essa nova perspectiva implica repensar toda a sociedade capitalista desde o seu nascimento. A acumulação primitiva, termo marxiano para nomear o período da reestruturação social e econômica que a classe dominante europeia assumiu para responder à crise de acumulação e estabelecer as bases do sistema capitalista mundial, ganha novos contornos. Federici (2017) defende que, além da expropriação de terras do campesinato europeu, a escravização e mineração na América e África reconhecidos por Marx, a formação e acumulação do proletariado mundial passou também pela transformação do corpo em máquina de trabalho, além da utilização da mulher para reproduzir a força de trabalho, exigindo a destruição do poder delas através da caça às bruxas.

Além disso, é importante lembrar que o gênero se reproduz nas relações de trabalho também através de outros fatores, como raça e classe, sendo os constrangimentos materiais e ideológicos impostos às mulheres variáveis de acordo com esses (BIROLI, 2018). Isso faz com que hoje, no Brasil, apesar de algumas mulheres conseguirem dedicar algum tempo a outros tipos de trabalho, isso se faz à custa de empregadas domésticas assalariadas, mas extremamente precarizadas e em sua maioria (66%) mulheres negras (IPEA, 2014).

Apesar de esse não ser o foco das produções sobre o tema, é possível identificar alguns marcadores importantes para pensar o impacto desse caráter natural do trabalho reprodutivo nas subjetividades das mulheres:

Parece-nos, no entanto, que se este trabalho, em vez de se basear no amor e nos cuidados, tivesse proporcionado uma remuneração econômica às nossas mães, elas teriam provavelmente sido menos **amargas** e menos **dependentes**, teriam sido menos chantageadas e teriam chantageado menos os filhos, que foram constantemente censurados pelo sacrifício que tinham de fazer (FEDERICI, 2020b, p. 17, grifo nosso)

Nesse e em outros textos, características que são comumente atribuídas às mulheres aparecem como consequências da organização do trabalho de forma implícita, como a culpa e o ódio de si mesmas, que podem ser evitados quando se conhece a história por trás desse suposto amor e cuidado (FEDERICI, 2020b); ou de forma explícita, quando as neuroses, suicídios e a dessexualização são apontadas como doenças ocupacionais da dona de casa (FEDERICI, 2019).

Esses trechos ganham fundamental importância para a psicologia quando se entende, a partir da leitura de Martin-Baró (2017, p. 251), que “o problema da saúde mental deve ser situado no contexto histórico em que cada indivíduo elabora e efetiva sua existência na rede de relações sociais”, ou seja, deve ser compreendido enquanto um movimento de fora para dentro, como a materialização da trama histórica em indivíduos e grupos. Para isso, o autor afirma ser necessário voltar o olhar científico dos psicólogos para a realidade concreta. Diante do exposto acima, é possível identificar que o trabalho reprodutivo, ao fazer parte do sistema capitalista, organiza a vida de homens e mulheres que estão nele inseridos e deve ser considerado nas análises que buscam entender ou explicar os fenômenos que a perpassam.

A realidade da atuação profissional de psicologia nas políticas de saúde mental leva a necessidade de se apropriar de outros marcos teóricos que potencializem o alcance da mesma no entendimento da vida concreta. Nesse sentido, Almeida, Bellenzani e Schühli (2020) apresentam conceitos da Psicologia Histórico-Cultural¹ e da Teoria da Determinação Social do Processo saúde-doença² como um caminho possível para essa compreensão. Esses mostram que, para compreender a pessoa que sofre, é preciso considerá-la como totalidade e que, apesar de suas particularidades e história de vida singular, ela está localizada em um determinado contexto, vivendo relações de opressão e exploração a partir de determinados vínculos. É nessa apropriação das relações sociais que se constitui sua individualidade e, conseqüentemente, seus processos de adoecimento.

Para esse debate, não basta apenas considerar que o social tem algum tipo de influência abstrata na subjetividade, é preciso que a historicidade esteja no centro dos processos biopsíquicos humanos (LAURELL, 1989). Ou seja, a doença que se expressa em âmbito individual é determinada socialmente pelas condições de vida, inserção no processo de trabalho, etc. Não se trata, então, de negar os aspectos biológicos, esses existem e são base, mas são subordinados pelo desenvolvimento histórico e social das coletividades (ALMEIDA; BELLENZANI; SCHÜHLI, 2020).

Partindo desse referencial teórico, fica explícito que, para a compreensão da subjetividade das mulheres, é preciso aprofundar o entendimento sobre como essa é formada desde as especificidades que a atual fase de desenvolvimento do sistema capitalista impõe. O profissional de psicologia, em todos os seus possíveis campos de atuação, entrará em contato com mulheres atravessadas pelo trabalho reprodutivo, sua naturalização e exploração. Entender como esse se estabelece historicamente e os impactos disso nos processos de saúde-doença deve ser central para uma atuação fundamentada no código de ética da profissão, que tem como um

1 Aqui definida como as produções de Vigotski, Leontiev, Luria e seus continuadores que aplicaram o método materialista histórico-dialético para criar a busca do ser humano concreto (ALMEIDA; BELLENZANI; SCHÜHLI, 2020).

2 Advinda da medicina social latino-americana, a teoria, mais especificamente o que foi formulado por Laurell e Breilh, aborda o processo saúde-doença em seu caráter biológico e social, mostrando a relação do adoecimento e dos modos de vida (ALMEIDA; BELLENZANI; SCHÜHLI, 2020).

de seus princípios fundamentais a atuação com responsabilidade social, “analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural” (CFP, 2005, p. 07).

Assim, o presente artigo, reconhecendo a importância desse resgate teórico, pretende identificar na literatura recente (2000-2020) artigos que abordem o trabalho reprodutivo como fator de sofrimento psíquico das mulheres, buscando organizar e sistematizar o encontrado para facilitar os estudos de quem se interessa pelo tema e também elucidar a necessidade de se considerar o trabalho reprodutivo para pensar o sofrimento psíquico das mulheres nos campos de atuação psicológica.

Metodologia

Buscando atingir os objetivos acima delimitados, utilizou-se a revisão integrativa, pois essa permite buscar, avaliar criticamente e sintetizar as evidências disponíveis sobre determinado tema, possibilitando conhecer o atual estado do conhecimento sobre esse, além de identificar lacunas que podem direcionar o desenvolvimento de pesquisas no futuro (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

Nesse sentido, a pesquisa se delineou a partir das etapas a seguir: definição dos descritores e critérios de inclusão e exclusão, seleção dos estudos para compor a amostra, análise dos estudos, interpretação dos resultados e apresentação desses através da discussão. A busca dos estudos foi feita de forma on-line, entre os meses de fevereiro e março de 2021, nas bases de dados Scielo e Google Acadêmico. Para isso, foram utilizados os descritores trabalho reprodutivo e trabalho doméstico.

Os estudos foram selecionados através dos critérios de inclusão: estudos que trouxeram dados e embasamentos teóricos que poderiam contribuir com as discussões do estudo, ter sido publicado entre 2000 e 2020, estar em língua portuguesa, ser um artigo científico. Foram excluídos trabalhos que não abordavam questões aproximadas com a temática e objetivos em questão. Após isso, foi realizada leitura e avaliação da qualidade metodológica dos escritos e, logo após, feita a seleção final.

Resultados e discussões

Utilizando o processo acima citado, obteve-se como resultado quinze artigos científicos com reflexões próximas à temática deste trabalho. Os artigos foram publicados em diferentes periódicos das Ciências Sociais e Humanas, entre os anos de 2005 e 2020, mostrando que o interesse acerca do trabalho reprodutivo e suas consequências subjetivas é algo recente nas produções acadêmicas. A tabela abaixo apresenta o material utilizado para a construção deste estudo, composta pelos nomes dos autores, ano de publicação e título. Posteriormente, a discussão será apresentada a partir dos eixos temáticos: naturalização do trabalho reprodutivo

e consequências na vida concreta e subjetiva. Esses foram divididos visando a uma melhor compreensão, mas se apresentam de forma imbricada no movimento da vida cotidiana.

Tabela 1: Tabela referente aos estudos analisados

Autores	Ano	Título
ARAÚJO, T. M.; PINHO, P. S.; ALMEIDA, M. M. G.	2005	Prevalência de transtornos mentais comuns em mulheres e sua relação com as características sociodemográficas e o trabalho doméstico.
DIOGO, M. F.; MAHEIRIE, K.	2008	Alguns sentidos atribuídos ao trabalho doméstico por serventes de limpeza.
MELO, H. P.; CASTILHO, M.	2009	Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz?
ÁVILA, M.	2010	O tempo do trabalho produtivo e reprodutivo na vida cotidiana.
MADALOZZO, R.; MARTINS, S. R.; SHIRATORI, L.	2010	Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais?
NICO, M.; RODRIGUES, E.	2011	Organização do trabalho doméstico em casais do mesmo sexo.
CARPENEDO, M.; NARDI, H. C.	2013	Mulheres Brasileiras na divisão internacional do trabalho reprodutivo: construindo subjetividade(s).
ENGEL, C.; PEREIRA, B. C. J.	2015	A organização social do trabalho doméstico e de cuidado: considerações sobre gênero e raça.
ARAÚJO, C.; VEIGA, A.	2015	Domesticidade, trabalho e satisfação pessoal: horas no trabalho doméstico e bem-estar no Estado do Rio de Janeiro
BERTOLDO, J.	2018	Migração com rosto feminino: múltiplas vulnerabilidades, trabalho doméstico e desafios de políticas e direitos.
MEYER et al.	2019	Trabalho doméstico e empreendedorismo: a intensificação laboral das donas de casa.
OLIVEIRA, A. L.	2020	A espacialidade aberta e relacional do lar: a arte de conciliar maternidade, trabalho doméstico e remoto na pandemia de Covid-19.

FEDERICI, S.	2020	Na luta para mudar o mundo: mulheres, reprodução e resistência na América Latina.
CALDEIRA, A. R.; BISPO, N. M.	2020	As contradições sociais evidenciadas pelo novo coronavírus e a vida das mulheres no contexto da pandemia.

Fonte: Elaborada pelos autores

Naturalização do trabalho reprodutivo

A diferença em relação ao trabalho doméstico reside no fato de que ele não só tem sido imposto às mulheres como também foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade femininas, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina. O trabalho doméstico foi transformado em um atributo natural em vez de ser reconhecido como trabalho, porque foi destinado a não ser remunerado. O capital tinha que nos convencer de que o trabalho doméstico é uma atividade natural, inevitável e que nos traz plenitude, para que aceitássemos trabalhar sem uma remuneração. Por sua vez, a condição não remunerada do trabalho doméstico tem sido a arma mais poderosa no fortalecimento do senso comum de que o trabalho doméstico não é trabalho, impedindo assim que as mulheres lutem contra ele, exceto na querela privada do quarto-cozinha, que toda sociedade concorda em ridicularizar, reduzindo ainda mais o protagonismo da luta. Nós somos vistas como mal-amadas, não como trabalhadoras em luta (FEDERICI, 2019, p. 42).

Antes de discutir as consequências do trabalho reprodutivo, é preciso uma regressão histórica que possibilite entender como esse se tornou, no senso comum, uma atribuição específica das mulheres. Caldeira e Bispo (2020), ao construírem um referencial teórico marxista, voltam para Engels (2012) para explicar como surgiu a família monogâmica e, com ela, o sistema patriarcal. O desenvolvimento do domínio técnico da humanidade sobre a natureza instaurou a lógica do trabalho excedente e alienado, estabelecendo assim a exploração que culminou nas divisões sociais e sexuais hierarquizadas. A riqueza acumulada do homem, agora propriedade privada, não podia desaparecer com sua morte, era preciso que tivesse filhos para herdá-la. A mulher passou a, além de cuidar desses filhos, ficar em casa como forma de assegurar a fidelidade e paternidade, criando as formas de união que conhecemos hoje. Esse processo não aconteceu de um dia para o outro, foi preciso a elaboração de uma ideologia e cultura que foram transmitidas ao longo dos séculos.

Assim, a sociedade patriarcal investiu, através de suas instituições, em tornar natural o pensamento de que, se as mulheres podem gestar e parir, também podem cuidar e dar conta do resto que diz respeito a essas vidas, inclusive seu ambiente de desenvolvimento. Dessa forma, o cuidado doméstico privado é imposto pela divisão sexual do trabalho às mulheres e, de maneira especial, às mulheres negras. O “instinto feminino” de cuidar, naturalizado ao longo dos anos,

foi apropriado e utilizado de forma violenta no período da escravidão, instituindo a função social de cuidar – de seus patrões, de sua própria família, dos outros escravizados e de toda a sociedade – para a mulher negra. Dessa forma, fica visível que o modo de produção capitalista, em conjunto com o patriarcado e o racismo estrutural, alimenta, ao longo da história, o aparato ideológico que pauta esses processos de naturalização (CALDEIRA; BISPO, 2020).

Em conformidade, Engel e Pereira (2020) observam em seu artigo que a raça, enquanto categoria social, se apresenta como eixo sistematizador da organização social do trabalho doméstico no Brasil. Para as autoras, gênero e raça fazem parte da mesma lógica que mantém a divisão sexual do trabalho e suas hierarquias. Isso se explica através do processo histórico de formação da nação brasileira, que criou divisões de poder e trabalho entre mulheres e, como consequência, diferentes identidades femininas. As mulheres brancas, apesar de exercerem seu papel de reprodução ao gerar filhos, tinham o direito ao ócio assegurado pelo trabalho doméstico exercido pelas mulheres escravizadas. Essa divisão vinculou, de forma simbólica, a categoria “mulheres negras” às tarefas cotidianas de cuidado e manutenção do lar, o que perdura até hoje, visto que essas ainda são responsáveis pela maior parte do trabalho doméstico (mal) remunerado e também no setor de serviços sociais – que abarca os serviços de cuidado de forma mais ampla.

As autoras também chamam atenção para o fato de que, apesar de a categoria analítica gênero ser citada em quase todos os trabalhos na área de reprodução social e raça aparecer nos escritos sobre trabalho doméstico remunerado, uma reflexão que conecte uma realidade à outra é menos comum. A simples oposição de gênero invisibiliza o fato de que alguns aspectos da experiência cotidiana do trabalho reprodutivo são minimizados para mulheres brancas e de classe média e alta. As diferentes inserções sociais de mulheres formam diferentes desigualdades concretas e, dessa forma, diferentes produções simbólicas sobre relações de subserviência.

Outro fator problemático encontrado sobre os estudos domésticos é a heteronormatividade. É comum que se considerem apenas casais formados por um homem e uma mulher, e as consequências dessa união para a maior parcela de trabalho acumulado pelas mulheres. Porém, assim como as mulheres variam em raça e classe, também variam em sexualidade – e isso irá afetar a forma como o trabalho doméstico aparece na sua vida. Nico e Rodrigues (2011) argumentam que estudar casais do mesmo sexo é relevante, pois, por serem do mesmo sexo, esses têm a necessidade de conceber estratégias de distribuição do trabalho doméstico baseadas em outros critérios que não as normas sociais relativas ao sexo do parceiro.

Os resultados da pesquisa realizada por eles com dez casais do mesmo sexo (dez homens e dez mulheres) mostram que casais do mesmo sexo estão mais motivados para construir representações positivas das suas relações, construindo a divisão das tarefas baseada nos interesses, competências e horários dos parceiros. Apesar disso, a socialização baseada na naturalização dessas tarefas aparece, mesmo que de forma menor, ao serem encontradas diferenças entre casais de mulheres e casais de homens. Nas mulheres, foi encontrada uma

tendência a inflacionar as diferenças de participação, além da especialização em determinadas tarefas, enquanto os homens tendem a delegar tarefas menos prazerosas (NICO; RODRIGUES, 2011). Dessa forma, é possível identificar que, mesmo em pessoas que contestam a norma, a naturalização transmitida de forma direta e indireta ao longo da vida pelos dispositivos e instituições do capitalismo e patriarcado ainda organizam a divisão do trabalho reprodutivo.

Essa naturalização é feita, muitas vezes, através da perpetuação geracional das “obrigações femininas. Diogo e Maheirie (2008) identificam em sua pesquisa, com mulheres que prestam serviços de limpeza e conservação, que, da mesma forma que essas mulheres foram introduzidas nos ditos modos de ser femininos por suas mães, elas os ensinaram para suas filhas através de comportamentos práticos e ideológicos. Dessa forma, a família aparece como lugar de perpetuação da inferioridade da mulher na sociedade e a ideologia da maternidade e da domesticidade se mantêm forjando pensamentos, sentimentos e deveres que se constituem como modos de ser.

Quando questionadas sobre os sentidos do trabalho, foram encontrados sentimentos de subestimação, desvalorização, isolamento e invisibilidade, mas esses foram confrontados com o sentimento de heroísmo que vence essas dificuldades. É nesse sentimento de heroísmo que “reside a herança cultural e familiar de naturalização das funções femininas e de submissão ao masculino” (DIOGO; MAHEIRIE, 2008, p. 266), é oferecido como moeda de troca e dignificação em contraste com tudo que é por elas sacrificado durante a vida em prol da família. Ao lado dele, aparecem valores como dedicação e doação que mobilizam o serviço doméstico e a produção de sentido desse. Todavia, também são identificados, em duas das entrevistadas, sentimentos de prazer e dignidade, mostrando que a naturalização também pode gerar, por vezes, identificação e satisfação, visto que as emoções são constituídas dialeticamente, através do movimento e da contradição.

Consequências na vida concreta e na subjetiva das mulheres

Ao contrário do que acreditam teorias baseadas no determinismo biológico, as condições de vida de homens e mulheres são fruto de construções sociais que têm como base o trabalho. O trabalho, por sua vez, é dividido entre os sexos. A chamada divisão sexual do trabalho aparece nitidamente quando se vê que a maioria dos homens exercem o trabalho dito produtivo, enquanto as mulheres dividem seu tempo entre produção de mercadorias e o trabalho reprodutivo em casa. Desde 2001, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE introduziu no corpo do seu questionário perguntas acerca do trabalho reprodutivo, possibilitando, entre outras coisas, que se mensurasse o valor do trabalho realizado no interior dos domicílios do Brasil que fica de fora dos cálculos do PIB (MELO; CASTILHO, 2009).

Analisando os dados do PNAD de 2005, Melo e Castilho (2009) encontraram alguns números para se refletir sobre essa divisão desigual de tarefas. Apesar de corresponder a 52% da

população em idade ativa, 47% dessas mulheres estão fora do mercado de trabalho – sendo esse contingente populacional formado majoritariamente por donas de casa e mulheres dedicadas ao trabalho reprodutivo. Das mulheres que saem de casa para trabalhar, 91% declaram que ainda realizam trabalhos domésticos, enquanto apenas 51% dos homens afirmaram o mesmo. Além disso, a média de horas declaradas por essas mulheres é de 20,8 horas semanais, enquanto a dos homens é 9,1% – essa diferença aumenta conforme o nível de escolaridade dessas mulheres diminui.

Essas diferenças são reproduzidas para todas as posições na ocupação – os homens brasileiros realizaram em média 11,1 horas semanas se são inativos, 12,7 horas para os desempregados e 9,1 para os ocupados, enquanto mulheres inativas declararam 28,5 horas, desempregadas 28,6 e ocupadas 20,8. Importante frisar que mulheres ocupadas têm uma queda na realização do trabalho reprodutivo bem mais significativa que os homens quando empregadas, mostrando que eles dedicam pouco tempo tanto empregados quanto desempregados (MELO; CASTILHO, 2009).

Seguindo essa mesma linha e utilizando os dados dos PNAD entre 2001 e 2005, Madalozzo, Martins e Shiratori (2010, p. 560) mostram que essa dupla e pesada jornada de trabalho apontada pelos números contribui para a desvantagem feminina em sua possível produtividade ao longo do tempo:

Enquanto as mulheres cumprem uma jornada dupla e/ou intensiva de trabalho doméstico, os homens podem concentrar sua atenção e dedicação de esforço primordialmente para o mercado de trabalho. Dadas essas condições iniciais, não é espantoso verificar que a diferença salarial entre homens e mulheres se mantenha positiva e que, para percentuais de remuneração e de qualificação maiores, ela seja ainda mais persistente.

A divisão sexual do trabalho, estando intimamente ligada com o sistema capitalista, está também ligada com a forma como o tempo se organiza e se expressa na vida cotidiana, que apresenta tensões, regras e dinâmicas impostas por esse. O trabalho produtivo, majoritariamente realizado por homens, segue um tempo linear e objetivo, de lógica diacrônica, enquanto o trabalho reprodutivo, naturalizado como feminino, mantém uma lógica sincrônica que é difícil precisar sem perceber a vida cotidiana de forma subjetiva e descontínua.

A apropriação do tempo para as mulheres se configura de forma diferente porque, na atualidade, elas trabalham nas duas esferas, tendo seu tempo apropriado de forma contraditória. Além disso, as mulheres não têm o tempo livre enquanto direito de se reconstituir física e mentalmente, pois o trabalho reprodutivo preenche todos esses espaços que deveriam ser de descanso. Uma das consequências de se considerar apenas as relações de produção como determinantes da vida social é que apenas uma subjetividade prevalece ao abordar o que é vivido na vida cotidiana – a masculina. As experiências das mulheres aparecem apenas como questões

periféricas nas análises, tanto no que tange ao trabalho reprodutivo quanto à formação de suas subjetividades (ÁVILA, 2010).

Pensando nessa invisibilidade do trabalho doméstico como categoria para se pensar a saúde mental feminina, Araújo, Pinho e Almeida (2005) realizaram uma pesquisa com 2055 mulheres maiores de 15 anos em Feira de Santana (BA), buscando entender a prevalência dos Transtornos Mentais Comuns (TMC)³ em mulheres e que fatores estão associados a sua ocorrência. A prevalência de TMC foi muito elevada (39,4%), tendo predominância o humor depressivo/ansioso. Nesse grupo, a maioria afirmou sentir-se nervosa, tensa ou preocupada (69,5%) seguida de assustar-se com facilidade (56,7%). Nos sintomas somáticos, destacam-se as dores de cabeça frequentes (47,5%) e sensações desagradáveis no estômago (32,6%). No decréscimo de energia vital, cansar-se com facilidade obteve 42,7%. Perder interesse pelas coisas (20,3) e sentir-se inútil (11,4%) no grupo dos pensamentos depressivos.

A presença de TMC foi mais elevada entre mulheres que tinham baixo nível de escolaridade, não moravam com companheiros, eram negras ou pardas, tinham rendimento de até um salário mínimo, tinham filhos e eram chefes de família, além disso, mulheres que não tinham tempo para atividades de lazer apresentaram maior prevalência de TMC (49,9). Os resultados encontrados sugerem que o trabalho doméstico está relacionado a questões de saúde mental:

A ausência de reconhecimento pelo trabalho realizado emerge como consequência dessa invisibilidade e, não raro, aparece como produtor de intenso sofrimento psíquico. O sofrimento associado ao trabalho doméstico decorre de tensões geradas pelas suas características de monotonia, repetitividade, desvalorização e pelas demandas dos papéis sociais aos quais a mulher deve atender. A vivência cotidiana dessas tensões, acumuladas ao longo do tempo, pode, como apontam vários estudos, cristalizar diferentes formas de adoecimento psíquico. (ARAÚJO; PINHO; ALMEIDA, 2005, p. 338).

Essa sugestão se confirma nos dados levantados por Araújo e Veiga (2015) a partir do Censo de 2010 no estado do Rio de Janeiro. Os homens tendem a reportar menos tensão e a apresentar percentuais mais elevados de satisfação com o trabalho e a vida em família (21,9%), enquanto mulheres apresentam 15,8%. Ao serem perguntados sobre felicidade, 29,9% das mulheres se disseram extremamente felizes ou muito felizes, ao passo que entre os homens esse percentual foi de 40,1%. Nesse sentido, as pesquisadoras chegaram à conclusão de que o índice de satisfação sofre impacto negativo do aumento do número de horas dedicadas às atividades no âmbito doméstico, o que confronta a percepção naturalizada de que o lar é o lugar de felicidade feminina.

3 Termo criado por Goldberg e Huxley (1992) para caracterizar situações de sofrimento mental com sintomas como fadiga, insônia, esgotamento, irritabilidade, dificuldade de concentração, queixas somáticas.

Essa situação pode ser agravada, dentro de um contexto de intensificação da exploração e da precariedade do trabalho no neoliberalismo, pela alternativa de inserção laboral oferecida pelo empreendedorismo – que começou a aumentar a partir de 2008. A prática empreendedora foi incorporada no imaginário social brasileiro reproduzindo a mesma lógica do mercado – da insegurança, competitividade, incerteza e do desemprego. Mulheres donas de casa que optam por essa alternativa têm sua vida econômica positivamente atingida, mas a vida familiar sofre efeitos negativos, o que aumenta o nível de estresse e sofrimento psíquico:

Entendendo que o trabalho é uma atividade humana à qual podemos atribuir destacada relevância na constituição da subjetividade, sendo a maneira pela qual o sujeito afirma sua existência no mundo, essa mulher se vê na necessidade de se repensar subjetivamente, já que o trabalho e suas transformações implicam em mudanças no dia-a-dia e nas trajetórias de vida. Essa dona-de-casa empreendedora não encontra, na realidade, esfera na qual se identifique subjetivamente, já que ela estaria permeando o campo reprodutivo e o produtivo de forma intensa simultaneamente. Disso também deriva a preocupação com a saúde física e mental dessas mulheres, como consequência de adoecimento e sofrimento psíquico advindo dessa conturbada relação subjetiva com o trabalho, que merece maior atenção em futuras produções (MEYER *et al.*, 2019, p. 52)

Como outra alternativa dentro desse mesmo contexto, para algumas, surge a oportunidade de retornar aos estudos, fazer uma universidade. Ávila e Portes (2012) realizaram uma pesquisa microsociológica com 15 mulheres de camadas populares que frequentam cursos noturnos de uma universidade pública. Durante a investigação, encontraram uma tríplice jornada, pois não deixaram de trabalhar fora, nem de ter a maior quantidade de responsabilidade no trabalho reprodutivo. Porém, para essas, a jornada tripla não é recente, já que toda a trajetória escolar, em especial o ensino médio, foi marcada pela conciliação de funções de donas de casa, trabalho e estudo. Essa conciliação fez com que seis das entrevistadas abandonassem os estudos para se inserir de forma precoce no mercado de trabalho como empregadas domésticas.

Ser uma realidade na vida há tanto tempo não garante que essa rotina não seja desgastante, pelo contrário, a tarefa de conciliar esses três segmentos de trabalho aparece nos relatos das entrevistadas como fonte de estresse, ansiedade e pressão constante, tornando-as emocionalmente vulneráveis. Não sobra nenhum tempo para atividades de lazer, pois o tempo que deveria ser livre é utilizado para dar conta das ocupações do trabalho reprodutivo ou escolar. Quando são perguntadas pela ajuda dos companheiros, três dizem não receber nenhum tipo de ajuda e apenas duas alegam que o marido ajuda em tudo. Algo que predomina nesses depoimentos é o fato de que o marido só ajuda de forma esporádica e com uma série de restrições que piora a carga de trabalho, pois vem acompanhada do desgaste emocional e o constrangimento de ter que solicitar ajuda. (ÁVILA; PORTES, 2012).

Todos esses sentimentos negativos apareceram como motivo de sofrimento e estresse emocional que, segundo as entrevistadas, é pior que o esgotamento físico. O sentimento de culpa

esteve presente na maioria das falas – seja relacionado a não participar da forma que queria na família, ou muitas vezes de, por causa das inúmeras atribuições, não conseguirem se dedicar aos estudos da forma desejada. Todavia, aparece como conclusão das autoras que, apesar de se perceberem como vítimas de uma situação, essas mulheres se impõem também como sujeitos que têm consciência de suas limitações e desafios, mas se negam a abdicar do que querem fazer pelas dificuldades. Sentem-se divididas, mas se negam a escolher (ÁVILA; PORTES, 2012).

Continuando a abordagem sobre o impacto dos fenômenos da atualidade que são causados pela fase do capitalismo em que a sociedade se encontra, é necessário pincelar sobre o movimento migratório causado pela crise global dos cuidados e a consequente divisão internacional do trabalho reprodutivo. As mulheres dos países considerados desenvolvidos são incorporadas em massa no trabalho produtivo e as mulheres de países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento surgem para suprir essa falta. Isso acontece mais nos países europeus, por causa da deterioração do Estado de bem-estar social, envelhecimento da população, feminilização da força de trabalho e as novas demandas produtivas desses.

Buscando investigar as subjetividades criadas a partir do envolvimento nesse processo, Carpenedo e Nardi (2013) analisaram experiências de mulheres brasileiras trabalhando no setor reprodutivo em Paris. A revisão da literatura feminista feita no texto explica que essas ocupações de domésticas e babás imigrantes se associam aos processos de subjetivação caracterizados tanto pelas normas de gênero quanto por hierarquias raciais e nacionais, conduzindo a subjetividades marcadas pelo paradigma da servidão, opressão, normalização e dominação.

Apesar de as experiências de subordinação e exploração serem uma constante, também foi observado pelas autoras que essas mulheres também são capazes de se autorreinventar através de estratégias de resistência, podendo reverter em alguma medida as suas condições de subjetivação através da solidariedade e da união entre mulheres, como expressada na fala de uma das entrevistadas: “Aqui a gente tem que se ajudar uma a outra, a gente tem que criar o nosso pequeno Brasil em Paris, para que todo mundo fique bem” (CARPENEDO; NARDI, 2013, p. 107).

Nas contradições impostas pela organização capitalista da vida, ao mesmo tempo em que brasileiras se inserem em fluxos migratórios, mulheres de outros países também migram para o Brasil para poderem trabalhar e sustentar seus filhos, inserindo-se no mercado da assistência como cuidadoras, domésticas e babás – formando as cadeias globais de cuidado. Bertoldo (2018) identifica múltiplas vulnerabilidades na realidade dessas migrantes domésticas no Brasil, sendo elas a dupla presença ou dupla ausência que a migração gera nos parentes de origem e/ou destino; o afastamento da família e dos filhos – que gera preconceito por negarem em certa medida a condição natural de mãe –; a situação ilegal que produz clandestinidade, negando a possibilidade de existirem como sujeitos políticos na sociedade, aprofundando mais o isolamento, a dificuldade de acessar políticas públicas e o abuso nas relações de trabalho; a segregação laboral e as discriminações étnico-raciais aprofundadas por questões de gênero e raça.

Observou-se, dessa forma, que as condições de trabalho refletem a organização social e econômica da sociedade, bem como influenciam a vida concreta e subjetiva dessas mulheres, em todos os seus âmbitos. A exposição às condições de exploração e dominação na sociedade capitalista e patriarcal tornam mais intensas as contradições no modo de vida das mulheres. No atual momento do modo de produção, além das consequências elencadas acima, o contexto da crise sanitária do novo coronavírus evidencia ainda mais a sobrecarga de trabalho, o abuso e a violência no âmbito doméstico (CALDEIRA; BISPO, 2020).

Pensando nisso, Oliveira (2020) propõe uma reflexão sobre a espacialidade e densidade das relações domésticas de quem pôde ficar em casa no contexto de pandemia e as consequências disso para a saúde mental das crianças e mães. O cotidiano do confinamento exigido pelo isolamento social traz para as crianças diversos problemas, como estresse pela mudança brusca de rotina, a restrição de movimento no espaço da casa, falta de convívio com outras crianças, entre outros – para as mulheres, responsáveis pelo cuidado, a preocupação com o bem-estar e saúde dos filhos se torna mais um agravante em todo o contexto de trabalho explorado. Além disso, mulheres também estão na base dos serviços considerados essenciais, em especial mulheres negras de baixa renda.

Para a autora, propor uma reflexão sobre o cotidiano das mães na pandemia significa questionar a construção de uma norma familiar naturalizada, além de tensionar teorias dominantes do seu campo de estudos, a Geografia, que “tendem a colocar como menos importantes as subjetividades e os conflitos no espaço doméstico que está diretamente relacionado às condições de saúde mental (sofrimento, angústia, ansiedade) e bem-estar de mulheres e crianças” (OLIVEIRA, 2020, p. 159). Aponta que, apesar da necessidade de se desnaturalizar a ideia de que as mulheres são as principais cuidadoras, também é preciso lembrar que essas ainda são as principais envolvidas nesse cuidado, e é preciso encontrar caminhos para que lidem com todo o sofrimento, angústia e morte em tempos de pandemia.

Uma ideia de que caminhos que devem ser tomados aparece ao observar a história de resistência das mulheres em luta por terra, território e bem comum na América Latina. Ao terem consciência de que as crises da agenda neoliberal afetam suas comunidades e a elas mesmas diretamente, essas mulheres criam formas autônomas de reprodução social através da teia comunitária, desafiando as forças destrutivas do capitalismo. Elas constroem, assim, novas formas de existir na contramão da lógica mercadológica, canalizando o poder das relações afetivas que caracterizam a esfera doméstica para produzir solidariedade social, “transformando o trabalho cotidiano, social e reprodutivo em ação coletiva que converte os bairros em comunidades de resistência à exploração capitalista” (FEDERICI, 2020c, p. 3). Essas estratégias de luta e sobrevivência criam sentimentos de solidariedade e identidade comunitária, armas poderosas para combater não só o sofrimento psíquico causado pelo trabalho reprodutivo, mas o sistema que o estrutura.

Considerações finais

A revisão de literatura permitiu compreender a problemática do trabalho reprodutivo enquanto algo produzido e reproduzido ideologicamente, sendo passado como um atributo natural. A partir disso, pôde-se traçar algumas das consequências dele na organização do tempo, da vida cotidiana e da formação de processos de saúde-doença. A exploração desse trabalho está ligada a sentimentos de culpa, estresse e desmotivação, chegando a casos de desenvolvimento de Transtornos Mentais Comuns e outros. Porém, apesar de existirem esses dados e dos avanços da discussão nos escritos e organizações de feministas marxistas, o debate ainda está engatinhando nas ciências psicológicas.

Aqui, cabe afirmar que não se pretende reduzir o trabalho reprodutivo a subjetivismos, como se fosse unicamente um problema de saúde mental. Ao contrário, é necessário se entender as consequências objetivas, a feminilização da pobreza, os problemas imigratórios, a precarização do trabalho de empreendedora, para então pensar que isso também tem consequências subjetivas – e que entender as duas de forma dialética e complementar é de extrema importância para compreender o ser social enquanto totalidade.

Com o encontrado, também se evidenciou a necessidade de investigar de forma mais elaborada como esses processos se articulam. Entende-se a limitação do presente estudo, pois não consegue fazer sozinho uma discussão de tamanha densidade, enquanto uma revisão de literatura, mas também sua importância, pois pode despertar interesses, em ambos os campos de pesquisa – feminismo marxista e psicologia – de investigar as intersecções entre os mesmos. É sugerido que, a partir deste, se façam novas pesquisas que atualizem os dados trabalhados aqui, como por exemplo os dados da prevalência de TMC em mulheres que, apesar de importantes, são de 2005 e podem ter se modificado com todas as mudanças da última década. Além disso, uma pesquisa específica sobre trabalho reprodutivo e saúde mental na pandemia traria dados ainda mais concretos para análise.

Essas novas pesquisas e análises construídas a partir daqui serão de grande valia para que se possa pensar formas de intervenção que, na contramão de uma Psicologia que tenta mascarar os problemas sociais, possa entendê-los e buscar formas de atuação para superá-los. Essas, além disso, precisam estar alicerçadas no bojo da tomada de consciência, sendo mediadoras do processo de entendimento da raiz do sofrimento e do fortalecimento da autonomia das mulheres sobre suas vidas, fazendo cumprir os princípios do código de ética da profissão.

Referências

ALMEIDA, Melissa; BELLENZANI, Renata; SCHUHLLI, Vitor. A Dialética Singular-Particular-Universal do Sofrimento Psíquico: Articulações entre a Psicologia Histórico-Cultural e a Teria da Determinação Social do Processo Saúde-Doença. In: TULESKI, Silvana; FRANCO, Adriana; CALVE, Tiago (org.). **Materialismo Histórico-Dialético e Psicologia Histórico-Cultural: Expressão da Luta de Classes no Interior do Capitalismo**. Paranaíba: EduFatecie, 2020. p. 227-270.

- ARAÚJO, Clara; VEIGA, Alinne. Domesticidade, trabalho e satisfação pessoal: horas no trabalho doméstico e bem-estar no Estado do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 18, p. 179-209, 2015.
- ARAÚJO, Tânia; PINHO, Paloma; ALMEIDA, Maura. Prevalência de transtornos mentais comuns em mulheres e sua relação com as características sociodemográficas e o trabalho doméstico. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 5, n. 3, p. 337-348, 2005.
- ÁVILA, Rebeca; PORTES, Êcio. A tríplice jornada de mulheres pobres na universidade pública: trabalho doméstico, trabalho remunerado e estudos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 809-832, 2012.
- ÁVILA, Maria Betânia. O Tempo do Trabalho Produtivo e Reprodutivo na Vida Cotidiana. **Revista ABET**, João Pessoa, v. IX, n. 2, p. 53-70, 2010.
- BERTOLDO, Jaqueline. Migração com rosto feminino: múltiplas vulnerabilidades, trabalho doméstico e desafios de políticas e direitos. **Revista Katál**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 313-323, 2018.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social? **Revista Outubro**, v. 32, n. 1, p. 99-113, 2019. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/o-que-e-a-teoria-da-reproducao-social/> Acesso em: 11 jan. 2021.
- CALDEIRA, Ariana; BISPO, Nívia. As contradições sociais evidenciadas pelo novo coronavírus e a vida das mulheres no contexto da pandemia. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 12, n. 3, p. 479-502, 2020.
- CARPENEDO, Manoela; NARDI, Henrique. Mulheres Brasileiras na divisão internacional do trabalho reprodutivo: construindo subjetividade(s). **Revista de Estudos Sociais**, v. 45, p. 96-109, 2013.
- DIOGO, Maria Fernanda; MAHEIRIE, Kátia. Alguns sentidos atribuídos ao trabalho doméstico por serventes de limpeza. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 257-272, 2008.
- ENGEL, Cíntia; PEREIRA, Bruna. A organização social do trabalho doméstico e de cuidado: considerações sobre gênero e raça. **Revista Punto Género**, Santiago, v. 5, p. 4-24, 2015.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- FEDERICI, Silvia. **Notas sobre gênero em “O Capital” de Marx**. Brasil: Editora Terra Sem Amos, 2020a.
- FEDERICI, Silvia. **Contra-atacando desde a cozinha**: salários para o Trabalho doméstico – uma perspectiva sobre o capital e a esquerda. Brasil: Editora Terra Sem Amos, 2020b.
- FEDERICI, Silvia. Na luta para mudar o mundo: mulheres, reprodução e resistência na América Latina. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 2, p. 1-12, 2020c.
- GRECCO, Fabiana. Trabalhos Domésticos e De Cuidados sob a Ótica da Teoria da Reprodução Social. **Revista Mediações**, Londrina, v. 23, n. 3, p. 70-102, 2018.
- GOLDBERG, David; HUXLEY, Peter. **Common mental disorders - A biosocial model**. London: Routledge, 1992.
- IPEA. **Retratos das desigualdades de gênero e raça**. 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf> Acesso em: 20 fev. 2021.
- LAURELL, Asa. A saúde-doença como processo social. **Ref. Mex. Cienc. Pol. Soc.**, México, v. 84, p. 82-99, 1989.
- MADALAZZO, Regina; MARTINS, Sergio; SHIRATORI, Ludmila. Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais? **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 547-566, 2010.

- MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Guerra e Saúde Mental. *In*: MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Crítica e libertação na Psicologia**: estudos psicossociais. Petrópolis: Vozes, 2017. p. 251-270.
- MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MELO, Hildete; CASTILHO, Marta. Trabalho Reprodutivo no Brasil: quem faz? **Revista Econ. Contemp.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 135-158, 2009.
- MENDES, Karina; SILVEIRA, Renata; GALVÃO, Cristina. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto e Contexto – Enfermagem**, Florianópolis, v. 14, n. 4, p. 758-764, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072008000400018 Acesso em: 25 jun. 2021.
- MEYER, Antonia *et al.* Trabalho doméstico e empreendedorismo: a intensificação laboral das donas-de-casa. **Revista Laborativa**, Assis, v. 8, n. 2, p. 36-56, 2019.
- NICO, Magda; RODRIGUES, Elisabete. Organização do trabalho doméstico em casais do mesmo sexo. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, v. 65, p. 95-118, 2011.
- OLIVEIRA, Anita. A espacialidade aberta e relacional do lar: a arte de conciliar maternidade, trabalho doméstico e remoto na pandemia de Covid-19. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 16, n. 1, p. 154-166, 2020.

Recebido em: 01/04/2021

Aceito em: 18/08/2021